

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL
PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS EM POSTOS DE
ABASTECIMENTO PÚBLICOS EM PORTUGAL CONTINENTAL E
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ASSOCIADOS PARA AS EMPRESAS DO
GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**

[2023_045CP]

CADERNO DE ENCARGOS

Abril de 2023

FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS EM POSTOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICOS EM PORTUGAL CONTINENTAL E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ASSOCIADOS

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
Cláusula 1.ª Objeto.....	4
Cláusula 2.ª Contrato.....	4
Cláusula 3.ª Prazo contratual	4
 CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DAS PARTES	 5
Cláusula 4.ª Obrigações do Cocontratante.....	5
Cláusula 5.ª Especificações técnicas dos combustíveis	6
Cláusula 6.ª Cartões eletrónicos.....	6
Cláusula 7.ª Serviços associados.....	7
Cláusula 8.ª Níveis de serviço e requisitos técnicos mínimos	8
Cláusula 9.ª Reporte e monitorização	8
Cláusula 10.ª Obrigações das Contraentes Públicas	9
Cláusula 11.ª Obrigações da AdP SGPS	10
Cláusula 12.ª Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato	10
 CAPÍTULO III - PREÇOS, FATURAÇÃO E PAGAMENTO	 11
Cláusula 13.ª Parâmetros base.....	11
Cláusula 14.ª Preço contratual.....	11
Cláusula 15.ª Condições de pagamento	12
Cláusula 16.ª Faturação.....	12
 CAPÍTULO IV - INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO	 14
Cláusula 17.ª Sanções	14
Cláusula 18.ª Força maior	15
Cláusula 19.ª Suspensão da execução contratual por facto imputável às Contraentes Públicas	16
Cláusula 20.ª Resolução do contrato por parte das Contraentes Públicas	17

Cláusula 21. ^a Resolução do contrato por parte do Cocontratante.....	17
Cláusula 22. ^a Execução da caução	18
Cláusula 23. ^a Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante	18
Cláusula 24. ^a Cessão da posição contratual da(s) Contraente(s) Pública(s).....	19
 CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	 19
Cláusula 25. ^a Dever de sigilo.....	19
Cláusula 26. ^a Tratamento de dados pessoais.....	19
Cláusula 27. ^a Conservação de dados pessoais	21
Cláusula 28. ^a Transferência de dados pessoais.....	22
Cláusula 29. ^a Dever de cooperação	22
Cláusula 30. ^a Comunicações	22
Cláusula 31. ^a Legislação	23
Cláusula 32. ^a Foro competente	23
Cláusula 33. ^a Direito aplicável e natureza do contrato.....	23
Cláusula 34. ^a Contagem dos prazos.....	23
 ANEXOS.....	 24
ANEXO I - QUANTIDADE DE CARTÕES ELETRÓNICOS A FORNECER POR CONTRAENTE PÚBLICA.....	25
ANEXO II - DOCUMENTO “ÁGUAS DE PORTUGAL - MANUAL DE BOAS PRÁTICAS - FATURAÇÃO ELETRÓNICA INBOUND (FORNECEDORES)”	26

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar entre o Cocontratante e as Contraentes Públicas identificadas no **ANEXO I** ao Programa do Procedimento, representadas pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (doravante **AdP SGPS**), cujo objeto consiste no fornecimento de combustíveis em postos de abastecimento públicos em Portugal Continental e aquisição de serviços associados.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O Contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Cocontratante.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pelas entidades adjudicantes nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo contratual

Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do termo do Contrato, este é válido desde o dia 16 de junho de 2023 até ao dia 30 de junho de 2024 ou até que os pagamentos realizados ao Cocontratante, pela totalidade das Contraentes Públicas, perfaçam o montante de €4.510.600,00 (*quatro milhões e quinhentos e dez mil e seiscentos euros*), consoante o evento que ocorra primeiro.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula 4.^a

Obrigações do Cocontratante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:

- a) Fornecer gasóleos, gasolinas e *adblue* às Contraentes Públicas, em conformidade com as características técnicas e requisitos definidos no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- b) Assegurar a manutenção do número mínimo de postos de abastecimento públicos por município, próprios ou de terceiros, que aceitam o cartão eletrónico de abastecimento emitido pelo Cocontratante;
- c) Não alterar as condições do fornecimento dos combustíveis fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- d) Assegurar às Contraentes Públicas a prestação de serviços de pagamento de portagens e de parqueamentos com associação à via verde, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos;
- e) Assegurar às Contraentes Públicas a prestação de serviços de pagamento de lavagens e de aspiração de viaturas, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos;
- f) Nomear um Responsável do Contrato que fará a ligação com o Coordenador do Contrato nomeado pela **AdP SGPS** e com o Gestor do Contrato nomeado por cada uma das Contraentes Públicas no que concerne a todas as questões relevantes para a boa execução do Contrato;
- g) Comunicar às Contraentes Públicas quaisquer alterações previsíveis ou que perdurem por períodos superiores a 3 (três) dias úteis e que determinem uma situação de indisponibilidade dos postos de abastecimento públicos indicados para assegurar o fornecimento de combustíveis ou uma situação de impossibilidade de prestar os serviços associados previstos nas alíneas anteriores;
- h) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de fornecimento de combustíveis e de prestação de serviços associados, bem como prestar todos os esclarecimentos solicitados pelas Contraentes Públicas;
- i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social e/ou o Responsável do Contrato designado;
- j) Manter todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

Cláusula 5.^a

Especificações técnicas dos combustíveis

Os combustíveis a fornecer pelo Cocontratante às Contraentes Públicas devem cumprir as especificações técnicas previstas na legislação em vigor, nomeadamente o regime previsto no Decreto-Lei n.º 89/2008, de 30 de maio, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 142/2010, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 214-E/2015, de 30 de setembro.

Cláusula 6.^a

Cartões eletrónicos

1. O fornecimento de combustíveis e prestação de serviços em postos de abastecimento públicos apenas pode ser realizado mediante a utilização de cartões eletrónicos de abastecimento, emitidos pelo Cocontratante sem custos para as Contraentes Públicas.
2. Os cartões eletrónicos de abastecimento devem observar os seguintes requisitos e funcionalidades:
 - a) Associação a uma viatura, através da identificação pela matrícula;
 - b) Associação a uma das Contraentes Públicas, através da identificação pela designação da entidade e por código unívoco;
 - c) Ter obrigatoriamente número e um código PIN associado;
 - d) Registo da quilometragem no momento do abastecimento de combustível;
 - e) Contabilização do número de quilómetros entre abastecimentos de combustível;
 - f) Registo das quantidades abastecidas de combustível, com os seguintes dados:
 - i. Data, hora e local (posto e localidade) do abastecimento;
 - ii. Identificação do produto e da quantidade abastecida;
 - iii. Preço de referência praticado no momento do abastecimento;
 - g) Possibilidade de fixação de limite de abastecimento em valor diário e/ou mensal e/ou anual;
 - h) Possibilidade de inibição e alteração de *plafond* de cartões de abastecimento por parte das Contraentes Públicas, através dos meios de comunicação disponibilizados pelo Cocontratante (plataforma ou correio eletrónico), produzindo efeitos imediatos.
3. Após a notificação realizada pela **AdP SGPS** para a emissão inicial de cartões eletrónicos, o Cocontratante deve proceder à sua entrega nas sedes das Contraentes Públicas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
4. Para as emissões seguintes de cartões eletrónicos de abastecimento, o Cocontratante deve disponibilizar nas sedes das Contraentes Públicas os cartões eletrónicos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de comunicação realizada pelas Contraentes Públicas para o efeito.

5. Para efeitos dos números anteriores, são indicadas no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante, as quantidades estimadas de cartões eletrónicos por cada entidade adjudicante.
6. A emissão inicial dos cartões eletrónicos de abastecimento é realizada sem encargos para as Contraentes Públicas.
7. A emissão de segundas vias dos cartões eletrónicos de abastecimento, até um máximo de uma emissão por cartão no decorrer do Contrato, não tem qualquer custo adicional para as Contraentes Públicas.
8. Em caso de dano ou extravio dos cartões, as Contraentes Públicas devem solicitar a anulação do cartão ao Cocontratante, preferencialmente através de plataforma eletrónica ou de mensagem de correio eletrónico, devendo este, a partir do momento da comunicação, proceder ao cancelamento da validade dos cartões.
9. A responsabilidade pelos encargos e prejuízos decorrentes da utilização abusiva dos cartões incumbe ao Cocontratante a partir da comunicação feita pelas Contraentes Públicas nos termos do número anterior.

Cláusula 7.^a

Serviços associados

1. Os cartões eletrónicos de abastecimento emitidos pelo Cocontratante devem possibilitar a sua utilização pelas Contraentes Públicas em serviços de pagamento de:
 - a) Portagens e parqueamentos com associação à via verde;
 - b) Lavagens automáticas e manuais e aspiração de viaturas.
2. A prestação dos serviços associados prevista no número anterior constitui uma opção das Contraentes Públicas cuja utilização depende de comunicação realizada para o efeito ao Cocontratante, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis em relação à data de produção de efeitos, com as seguintes indicações:
 - a) Indicação das viaturas abrangidas pela prestação de serviços associados;
 - b) Identificação do âmbito dos serviços associados para cada viatura, indicando uma de três opções:
 - i. Serviços de pagamento de portagens e de parqueamentos com associação à via verde;
 - ii. Serviços de pagamento de lavagens e de aspiração de viaturas; ou
 - iii. Serviços de pagamento de portagens e de parqueamentos com associação à via verde e de lavagens e de aspiração de viaturas.
3. Durante o período de vigência do Contrato, as Contraentes Públicas podem solicitar a alteração dos cartões eletrónicos de abastecimento que incluem a faculdade de utilização dos serviços associados, bem como proceder à modificação do âmbito dos referidos serviços.

Cláusula 8.^a

Níveis de serviço e requisitos técnicos mínimos

1. O Cocontratante obriga-se a assegurar o cumprimento dos níveis de serviço e requisitos técnicos e funcionais mínimos previstos na legislação em vigor e no presente Caderno de Encargos.
2. Durante o período de vigência do Contrato, o Cocontratante obriga-se a manter o número de postos de abastecimento públicos, próprios ou de terceiros, indicados na proposta adjudicada, o qual não pode ser inferior a 2 (dois) postos por distrito.
3. As Contraentes Públicas devem comunicar ao Cocontratante qualquer anomalia detetada no abastecimento de combustíveis até ao dia útil seguinte à sua ocorrência.
4. Quando a anomalia for imputável ao Cocontratante, este fica obrigado a suportar os custos inerentes à reposição das condições de utilização dos veículos anteriores à ocorrência da anomalia.
5. Para além dos custos referidos no número anterior, pode ser exigido ao Cocontratante uma indemnização pelos custos ocorridos e prejuízos causados a pessoas, bens ou pela inoperacionalidade dos veículos ou dos postos de abastecimento.
6. O Cocontratante deve disponibilizar, durante os dias úteis, no período entre as 09h00 e as 18h00, o serviço de um centro de atendimento telefónico para a comunicação das anomalias resultantes do abastecimento, esclarecimento de eventuais dúvidas e, se for o caso, a solicitação de apoio técnico, assegurando o seguinte:
 - a) Contato telefónico;
 - b) Endereço de correio eletrónico;
 - c) Registo com um identificador das ocorrências comunicadas.

Cláusula 9.^a

Reporte e monitorização

1. Constitui obrigação do Cocontratante enviar mensalmente relatórios de faturação à **AdP SGPS** e às Contraentes Públicas.
2. Os relatórios de faturação são emitidos tendo em conta a existência de dois perfis diferenciados:
 - a) **AdP SGPS** - recebe a informação agregada relativa aos consumos de todas as Contraentes Públicas;
 - b) **CONTRAENTES PÚBLICAS** - recebem a informação agregada relativa aos respetivos consumos.
3. Os relatórios de faturação devem conter, com a agregação de informação indicada no número anterior, os seguintes elementos:
 - i. Identificação da Contraente Pública e respetivo número de identificação de pessoa coletiva (NIPC);

- ii. Quantidade de gasóleos, gasolinas e *adblue* abastecidos em litros;
 - iii. Valor do abastecimento de gasóleos, gasolinas e *adblue* em euros;
 - iv. Faturação e quantidades de combustíveis acumuladas desde o início da execução do Contrato diferenciando os gasóleos das gasolinas;
 - v. Identificação de possíveis irregularidades no abastecimento de combustíveis;
 - vi. Valor em euros de portagens com associação à via verde;
 - vii. Valor de comissões em euros pelo serviço de pagamento de portagens com associação à via verde;
 - viii. Valor em euros de parqueamentos com associação à via verde;
 - ix. Valor de comissões em euros pelo serviço de pagamento de parqueamentos com associação à via verde;
 - x. Quantidade diferenciada de lavagens automáticas e manuais e de aspiração de viaturas;
 - xi. Valor em euros de lavagens automáticas e manuais e de aspiração de viaturas;
 - xii. Valor em euros de toda a faturação acumulada desde o início da execução do Contrato.
- 4. Os relatórios de faturação, no caso das Contraentes Públicas, poderão ser substituídos pela própria fatura emitida mensalmente, desde que esta contenha a informação constante no número anterior.
 - 5. Os relatórios de faturação devem ser enviados à **AdP SGPS** até ao dia 15 (*quinze*) do mês subsequente ao final do período a que digam respeito.
 - 6. Constitui obrigação do Cocontratante, produzir e enviar, trimestralmente, à **AdP SGPS**, as listagens dos cartões eletrónicos ativos.
 - 7. A omissão de envio dos relatórios de faturação ou a existência de erros nos mesmos que não permitam a monitorização da faturação, tem um efeito suspensivo no pagamento das faturas em dívida por parte das Contraentes Públicas até à regularização da situação em causa pelo Cocontratante.
 - 8. Para efeitos do disposto no número anterior, as Contraentes Públicas devem notificar previamente o Cocontratante para, num prazo não superior a 5 (*cinco*) dias, emitir o relatório em falta ou corrigir a informação em falta no relatório enviado.

Cláusula 10.^a

Obrigações das Contraentes Públicas

Constituem obrigações das Contraentes Públicas:

- a) Nomear um responsável pela gestão do contrato (Gestor do Contrato), para efeitos de comunicações com o Cocontratante e a **AdP SGPS**, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;

- b) Comunicar à **AdP SGPS** toda a informação relativa à contratação realizada até 10 (dez) dias úteis após a adjudicação;
- c) Comunicar, em tempo útil, à **AdP SGPS**, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do Contrato e reportar os resultados da monitorização;
- d) Facultar toda a informação relativa aos fornecimentos efetuados ao abrigo do Contrato, sempre que lhes seja solicitado pela **AdP SGPS**;
- e) Aplicar sanções contratuais ao Cocontratante, quando estas se mostrem devidas.

Cláusula 11.^a **Obrigações da AdP SGPS**

Constituem obrigações da **AdP SGPS**:

- a) Coordenar os contratos em representação das Contraentes Públicas;
- b) Prestar esclarecimentos às Contraentes Públicas sobre os termos do Contrato e coligir as reclamações daquelas sobre a execução contratual;
- c) Monitorizar os consumos e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
- d) Sugerir às Contraentes Públicas a aplicação de sanções contratuais ao Cocontratante;
- e) Executar a caução, caso se justifique.

Cláusula 12.^a **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

- 1. A execução do Contrato é permanentemente acompanhada pelo Gestor do contrato designado pela Contraente Pública, a identificar no Contrato.
- 2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
- 3. Caso o Gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao Cocontratante que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
- 4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

PREÇOS, FATURAÇÃO E PAGAMENTO

Cláusula 13.^a

Parâmetros base

Nos termos do n.º 3 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, fixam-se os seguintes parâmetros base relativos aos preços a pagar pelas Contraentes Públicas pelos bens e serviços objeto do contrato a celebrar:

- a) Para o fornecimento de combustíveis rodoviários - gasóleos e gasolinas – o desconto mínimo de 0,12 €/litro, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, valor esse a subtrair aos preços de referência por litro de combustível praticados pelo Cocontratante e em vigor no momento do abastecimento;
- b) Para os serviços de pagamento de portagens e de parqueamentos previstos na alínea a) do n.º 1 da cláusula 7.^a do Caderno de Encargos, a comissão máxima de 1% relativa aos valores devidos de portagens e parqueamentos associados à via verde, à qual acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- c) Para os serviços de pagamento de lavagens e de aspiração de viaturas previstos na alínea b) do n.º 1 da cláusula 7.^a do Caderno de Encargos, o desconto mínimo de 10%, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, valor esse a subtrair aos preços de referência do serviço de lavagem e de aspiração de viaturas praticados pelo Cocontratante e em vigor no momento da utilização.

Cláusula 14.^a

Preço contratual

1. Pelo fornecimento de combustíveis rodoviários - gasóleos e gasolinas - em postos de abastecimento públicos em Portugal Continental, as Contraentes Públicas devem pagar ao Cocontratante o valor devido pela quantidade de combustível efetivamente abastecido, cujo montante resulta da aplicação do desconto unitário indicado na proposta adjudicada ao preço de referência por litro praticado pelo Cocontratante no momento do abastecimento, ao qual acresce o IVA à taxa legal aplicável.
2. Pelo fornecimento de *adblue* e outros combustíveis em postos de abastecimento públicos em Portugal Continental não incluídos no número anterior, as Contraentes Públicas devem pagar ao Cocontratante a quantidade efetivamente fornecida, cujo montante resulta da aplicação do preço de referência por litro praticado pelo Cocontratante no momento do abastecimento sem qualquer desconto unitário, ao qual acresce o IVA à taxa legal aplicável.
3. Pela prestação dos serviços associados de pagamento de portagens e de parqueamentos, as Contraentes Públicas devem pagar ao Cocontratante os valores devidos de portagens e

parqueamentos associados à via verde, acrescidos da respetiva comissão indicada na proposta adjudicada, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

4. Pela prestação dos serviços associados de pagamento de lavagens e de aspiração de viaturas, as Contraentes Públicas devem pagar ao Cocontratante os valores devidos pelos serviços, cujo montante resulta da aplicação do desconto percentual indicado na proposta adjudicada ao preço de referência do serviço de lavagem e de aspiração de viaturas praticado pelo Cocontratante no momento da respetiva utilização, ao qual acresce o IVA à taxa legal aplicável.
5. Os preços indicados incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída às Contraentes Públicas.

Cláusula 15.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelas Contraentes Públicas, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias, após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte das Contraentes Públicas quanto aos valores indicados nas faturas, devem estas comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pelas Contraentes Públicas não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, as Contraentes Públicas proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.ºs 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 16.^a

Faturação

1. As faturas a emitir pelo Cocontratante às Contraentes Públicas devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.

2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
- a) Ser emitida mensalmente para cada Contraente Pública;
 - b) Ser acompanhada da informação relativa ao período de faturação, devendo obrigatoriamente conter toda a informação relevante que permita a correta identificação das diversas parcelas que compõem o valor a faturar, quer discriminadas por cartão, quer agregadas no total, nomeadamente os seguintes dados:
 - i. Data e local do abastecimento;
 - ii. Indicação do combustível fornecido e respetivas quantidades, diferenciando os combustíveis (gasóleos ou gasolinas);
 - iii. Preço de referência por litro praticado no momento de abastecimento;
 - iv. Valor do desconto unitário aplicado
 - v. Quilometragem no momento do abastecimento;
 - vi. IVA à taxa legal aplicável;
 - c) As faturas relativas aos serviços de pagamento de portagens e de parqueamentos com associação à via verde deverão ser acompanhadas da seguinte informação:
 - i. Data e local da portagem ou do parqueamento;
 - ii. Valor pago de portagens;
 - iii. Valor pago de parqueamentos;
 - iv. Valor de comissão pelo serviço de pagamento de portagens;
 - v. Valor de comissão pelo serviço de pagamento de parqueamentos;
 - d) As faturas relativas aos serviços de pagamento de lavagens e de aspiração de viaturas deverão ser acompanhadas da seguinte informação:
 - i. Data e local da lavagem ou da aspiração das viaturas;
 - ii. Valor pago de lavagens das viaturas;
 - iii. Valor pago de aspirações das viaturas;
 - e) A informação das faturas remetida às Contraentes Públicas deve igualmente ser comunicada pelo Cocontratante à **AdP SGPS**.
3. As faturas eletrónicas a emitir devem cumprir, para além do definido no n.º I do artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, o estabelecido no documento “*Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)*” constante no **ANEXO II** do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante, nomeadamente as regras especiais indicadas no n.º 3.2 do referido documento aplicáveis aos combustíveis.
4. As faturas eletrónicas devem ser enviadas pelo Cocontratante para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..

5. Caso o Cocontratante não tenha ainda aderido ao Portal referido no número anterior, deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>.
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab>.
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU.
6. Em caso de discordância por parte da Contraente Pública quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

CAPÍTULO IV

INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 17.^a

Sanções

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, as Contraentes Públicas podem exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. As Contraentes Públicas podem, designadamente, exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais nos seguintes termos:
 - a) Em caso de incumprimento da obrigação de manutenção do número de postos de abastecimento públicos indicados na proposta adjudicada, nos termos previstos na alínea b) da cláusula 4.^a e no n.º 2 da cláusula 8.^a, por impossibilidade temporária ou definitiva de postos de abastecimento indicados na proposta, pode ser aplicada uma sanção contratual até €500,00 (*quinhentos euros*) por cada dia de indisponibilidade e por cada posto;
 - b) Em caso de incumprimento da obrigação de comunicação referida na alínea g) da cláusula 4.^a, pode ser aplicada uma sanção contratual até €100,00 (*cem euros*) por cada dia de atraso;
 - c) Em caso de incumprimento dos prazos estabelecidos nos n.ºs 3 e 4 da cláusula 6.^a para a emissão de cartões de abastecimento, poderá ser aplicada, pelo destinatário dos cartões, uma sanção contratual de €100,00 (*cem euros*) por cada cartão em falta e dia de atraso;
 - d) Em caso de incumprimento da apresentação dos relatórios previstos na cláusula 9.^a poderá ser aplicada uma sanção contratual de €250,00 (*duzentos e cinquenta euros*) por cada relatório em falta e dia de atraso.

3. Na determinação da gravidade do incumprimento, as Contraentes Públicas têm em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.
4. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder 20% (vinte por cento) do preço contratual.
5. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e as Contraentes Públicas decidam não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
6. A(s) Contraente(s) Pública(s), pode(m) descontar o valor das sanções devidas nos termos da presente Cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.
7. As sanções contratuais previstas na presente Cláusula não obstam a que a(s) Contraente(s) Pública(s) exija(m) uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do Contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do Contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do Contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias;
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
 - 5. Caso o evento comunicado possa ser considerado de força maior conforme o disposto na presente cláusula, será determinada a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
 - 6. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Contraente Pública a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização.

Cláusula 19.ª

Suspensão da execução contratual por facto imputável às Contraentes Públicas

- 1. A falta ou atraso no pagamento das faturas emitidas pelo Cocontratante e que tenham sido aceites apenas determinam a suspensão dos fornecimentos e prestação dos serviços contratados quanto às Contraentes Públicas em relação às quais se verifica uma situação de incumprimento.
- 2. A suspensão dos fornecimentos e prestação dos serviços contratados nas situações descritas no número anterior só pode ter lugar após o envio à Contraente Pública em falta de pré-aviso, por escrito, com uma antecedência mínima de 20 (*vinte*) dias relativamente à data prevista para suspensão.
- 3. Do pré-aviso referido no número anterior devem constar o motivo da suspensão dos fornecimentos e prestação dos serviços contratados, os meios ao dispor para evitar a suspensão, as condições de restabelecimento, bem como os preços dos serviços de suspensão e restabelecimento devidos por facto imputável às Contraentes Públicas.
- 4. Ainda que decorrido o prazo de pré-aviso referido no n.º 2, a suspensão dos fornecimentos e prestação dos serviços contratados por facto imputável às Contraentes Públicas não pode ter lugar no último dia útil da semana ou na véspera de um feriado, apenas podendo ser realizada no dia útil subsequente.

5. A falta de pagamento dos montantes apurados em resultado de acerto de faturação, não permite a suspensão dos fornecimentos e prestação dos serviços contratados quando seja invocada a prescrição ou caducidade pela Contraente Pública, nos termos e pelos meios previstos na lei.

Cláusula 20.^a

Resolução do contrato por parte das Contraentes Públicas

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a(s) Contraente(s) Pública(s) pode(m), conjunta ou isoladamente, a título sancionatório, resolver o Contrato, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante, produzindo efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação, e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Contraente Pública.
3. O direito de resolução referido no n.º 1, quando exercido conjuntamente, é acionado pela **AdP SGPS** em representação de todas as Contraentes Públicas e exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante, produzindo efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação.
4. Em caso de resolução do Contrato por incumprimento do Cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da Cláusula 19.^a relativamente aos serviços objeto do Contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a(s) Contraente(s) Pública(s) exija(m) uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 21.^a

Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. A verificação das situações previstas no n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos apenas habilita o Cocontratante a resolver o Contrato quanto às obrigações dos fornecimentos e prestação dos serviços contratados e demais deveres associados quanto à(s) Contraente(s) Pública(s) que se encontrem em situação de incumprimento.
2. O direito de resolução referido no número anterior, quando exercido por verificação de uma situação de incumprimento de obrigações pecuniárias, pode ser exercido mediante declaração enviada à Contraente Pública em falta, com conhecimento à **AdP SGPS**, produzindo efeitos

no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção dessa declaração, salvo se a Contraente Pública cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 22.^a

Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato, pode ser executada pela **AdP SGPS**, em seu nome ou em representação da(s) Contraente(s) Pública(s) sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do Contrato ou da lei.
2. A resolução do Contrato pela(s) Contraente(s) Pública(s) não impede a execução da caução nos termos da lei ou do Contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (*quinze*) dias, após a notificação da **AdP SGPS**, em seu nome ou em representação da(s) Contraente(s) Pública(s) para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 23.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea *a*) do n.º I do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização expressa da **AdP SGPS**, em representação da(s) Contraente Pública(s).
2. A **AdP SGPS**, em representação da(s) Contraente(s) Pública(s), deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
3. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a(s) Contraente(s) Pública(s) pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Contraente Pública, pela ordem sequencial daquele procedimento.
4. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização expressa da **AdP SGPS**, em representação da(s) Contraente(s) Pública(s), nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 24.^a**Cessão da posição contratual da(s) Contraente(s) Pública(s)**

1. É permitida a cessão da posição contratual por qualquer uma das Contraentes Públicas determinada por efeito de fusão ou cisão de sociedades, devendo para o efeito o Cocontratante ser notificado das alterações inerentes aos elementos necessários para a faturação.
2. A cessão da posição contratual por qualquer uma das Contraentes Públicas em situações diversas das previstas no número anterior depende de autorização do Cocontratante, mas esta só pode ser recusada quando haja fundado receio de que a cessão envolva um aumento do risco de incumprimento das obrigações pelo potencial cessionário ou a diminuição das garantias do Cocontratante.

CAPÍTULO V**DISPOSIÇÕES FINAIS****Cláusula 25.^a****Dever de sigilo**

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa às Contraentes Públicas, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do Contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do Contrato e que a(s) Contraente(s) Pública(s) lhe indique(m) para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos após a extinção das obrigações decorrentes do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 26.^a**Tratamento de dados pessoais**

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do Contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do Contrato, na qualidade de subcontratante, e

por conta e de acordo com as instruções da(s) Contraente(s) Pública(s), nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do Contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da(s) Contraente(s) Pública(s) no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela(s) Contraente(s) Pública(s), ou por quem atue em representação desta(s).
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da(s) Contraente(s) Pública(s), o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à(s) Contraente(s) Pública(s) quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a(s) Contraente(s) Pública(s) de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/ de supervisão de que seja objeto.

11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar a(s) Contraente(s) Pública(s), por escrito, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-a das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a(s) Contraente(s) Pública(s):
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a(s) Contraente(s) Pública(s) por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente Cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente Contrato com justa causa pela(s) a(s) Contraente(s) Pública(s), podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 27.^a

Conservação de dados pessoais

- I. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do Contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do Contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelas Contraentes Públicas.

2. Dependendo da opção da(s) Contraente(s) Pública(s), o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 28.^a

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da(s) Contraente(s) Pública(s), exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a(s) Contraente(s) Pública(s) antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 29.^a

Dever de cooperação

O Cocontratante deve cooperar com a(s) Contraente(s) Pública(s) ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da(s) Contraente(s) Pública(s);
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

Cláusula 30.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do Contrato, quaisquer comunicações entre as Contraentes Públicas e o Cocontratante relativas ao Contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no Contrato.
2. Qualquer comunicação realizada por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 469.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 31.^a

Legislação

1. O cumprimento das prestações contratuais das partes reger-se-á pelo Código dos Contratos Públicos e demais legislação portuguesa aplicável.
2. Durante a execução do Contrato, o Cocontratante obriga-se a respeitar toda a legislação e regulamentação aplicáveis à aquisição de bens e serviços.

Cláusula 32.^a

Foro competente

Qualquer litígio emergente do contrato a celebrar, será dirimido no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 33.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O Contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 34.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXOS

ANEXO I

- QUANTIDADE DE CARTÕES ELETRÓNICOS A FORNECER POR CONTRAENTE PÚBLICA

Contraente Pública	N.º Cartões
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	50
AdP Valor - Serviços Ambientais, S.A.	20
AdP - Águas de Portugal Internacional - Serviços Ambientais, S.A.	15
AdP Energias - Energias Renováveis e Serviços Ambientais, S.A.	5
ADAM - Águas do Alto Minho, S.A.	100
AdN - Águas do Norte, S.A.	300
AdDP - Águas do Douro e Paiva, S.A.	80
SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S.A.	40
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	130
AdCL - Águas do Centro Litoral, S.A.	160
EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	310
AdVT - Águas do Vale do Tejo, S.A.	150
AdTA - Águas do Tejo Atlântico, S.A.	170
SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A.	60
AdSA - Águas de Santo André, S.A.	35
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	75
AdA - Águas do Algarve, S.A.	85
	I 785

ANEXO II

- DOCUMENTO “ÁGUAS DE PORTUGAL - MANUAL DE BOAS PRÁTICAS - FATURAÇÃO ELETRÓNICA INBOUND (FORNECEDORES)”



Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)

Manual de Boas Práticas

HISTÓRICO DE REVISÕES DO DOCUMENTO

Versão	Descrição	Data	Elaborado
1.0	Versão inicial	17-02-2021	DSI
1.4	Atualizações relacionadas com os casos especiais	25-03-2021	DSI

Sumário

1	Âmbito e Objetivo	1
2	Regras Gerais	2
2.1	Referência ao(s) pedido(s) de compra.....	2
2.1.1.	Documento com uma referência Pedido de Compra.....	2
2.1.2.	Documento com múltiplas referências Pedido de Compra	2
2.2	Item dos pedidos de compra.....	3
2.3	Unidades de medida	3
2.4	Coerência Item Documento VS Item Pedido Compra	5
2.4.1	Taxa de IVA	5
2.4.2	Preço unitário	6
2.4.3	Descontos e suplementos	7
2.5	Descontos e Suplementos de Cabeçalho	8
2.6	Período de Faturação.....	8
3	Regras Casos Especiais	10
3.1	Eletricidade	11
3.1.1	Identificação do CPE (cac:Delivery).....	11
3.1.2	Informações adicionais item (cac:AddittionalItemProperty)	11
3.2	Combustíveis.....	13
3.2.1	Identificação item (cac:SellersItemIdentification)	13
3.2.2	Informações adicionais item (cac:AdditionalItemProperty)	13
3.3	Comunicações	15
3.3.1	Identificação número cartão (cac:AdditionalItemProperty).....	15
3.3.2	Identificação natureza item (cac: SellersItemIdentification).....	15
3.4	Água	16
3.4.1	Código Identificação Local (cac:Delivery)	16
3.4.2	Identificação item (cac:SellersItemIdentification)	16
3.5	Bancos	16

1 Âmbito e Objetivo

Este documento tem como objetivo apresentar um conjunto de regras de boas práticas a adotar pelos fornecedores do grupo AdP, no âmbito da solução de faturação eletrónica (inbound) via EDI (Electronic Data Interchange), através da plataforma FE-AP disponibilizada pela ESPAP.

Quando os documentos são enviados para a plataforma FE-AP da ESPAP é garantido que estes cumprem o formato CIUS-PT (formato legal em vigor) e, caso não cumpram, são imediatamente rejeitados. A documentação, disponibilizada pela ESPAP, relativa ao formato CIUS-PT pode ser feita através do seguinte URL: <https://www.espap.gov.pt/spfin/normas/Paginas/normas.aspx>

De forma a ser possível a integração automática de documentos via EDI (Electronic Data Interchange) através da plataforma FE-AP, é fundamental que sejam cumpridas um conjunto de regras adicionais exigidas pelas empresas do Grupo AdP.

No momento de receção do documento nos sistemas do Grupo AdP, os documentos enviados pelos fornecedores são submetidos a uma etapa de validação e, caso não cumpram esses requisitos, serão devolvidos automaticamente pelo sistema.

Os próximos capítulos identificam em detalhe os requisitos que os documentos devem cumprir para serem aceites pelas empresas do Grupo AdP.

2 Regras Gerais

2.1 Referência ao(s) pedido(s) de compra

Todos os documentos enviados pelos fornecedores devem estar associados ao pedido de compra que originou a necessidade. Este documento apresenta a estrutura detalhada da compra pelo que, a fatura, nota de crédito ou nota de débito deverá respeitar integralmente as condições nele definidas.

Assim, nos documentos deverá ser sempre indicado o número do pedido de compra associado. Na eventualidade de um documento não ter esta informação, este será automaticamente devolvido.

2.1.1. Documento com uma referência Pedido de Compra

A indicação do pedido de compra é definida no campo **cac:ID** da estrutura **cac:OrderReference**, conforme ilustrado no exemplo em baixo:

```
<cac:OrderReference>  
  <cbc:ID>30801540001</cbc:ID>  
</cac:OrderReference>
```

2.1.2. Documento com múltiplas referências Pedido de Compra

Caso o documento esteja associado a mais do que um pedido de compra, a estrutura **cac:OrderReference** supramencionada deverá ter a informação de um dos pedidos de compra, conforme ilustrado no exemplo em baixo.

```
<cac:OrderReference>  
  <cbc:ID>30801540001</cbc:ID>  
</cac:OrderReference>
```

Neste cenário, é também necessário indicar o número do pedido de compra em cada item do documento no campo **cac:OrderReference/cbc:ID** da estrutura **cac:OrderLineReference**, conforme ilustrado no exemplo em baixo:

```
<cac:InvoiceLine>  
  <cbc:ID>64</cbc:ID>  
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:InvoicedQuantity>  
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">0.5000</cbc:LineExtensionAmount>  
  <cac:OrderLineReference>  
    <cbc:LineID>10</cbc:LineID>  
    <cac:OrderReference>  
      <cbc:ID>308044415423</cbc:ID>  
    </cac:OrderReference>  
  </cac:OrderLineReference>  
  <cac:Item> [12 lines]  
  <cac:Price> [2 lines]  
</cac:InvoiceLine>
```

2.2 Item dos pedidos de compra

O documento, para além da informação do pedido de compra (ver capítulo 2.1), deverá para cada item do documento indicar qual a associação ao respetivo item do pedido de compra. Caso esta relação não conste no documento, este será imediatamente devolvido.

É possível que vários itens de um documento estejam associados ao mesmo item do pedido de compra.

O item do pedido de compra deve estar definido no campo **cac:OrderLineReference/cbc:LineID** em todos os itens do documento, conforme ilustrado no exemplo em baixo:

```
<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>64</cbc:ID>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">0.5000</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:OrderLineReference>
    <cbc:LineID>10</cbc:LineID>
    <cac:OrderReference>
      <cbc:ID>308044415423</cbc:ID>
    </cac:OrderReference>
  </cac:OrderLineReference>
  <cac:Item> [12 lines]
  <cac:Price> [2 lines]
</cac:InvoiceLine>
```

2.3 Unidades de medida

As unidades de medida indicadas no documento deverão estar de acordo com o definido no pedido de compra enviada. Caso as unidades de medida indicadas no documento não estejam de acordo com o definido no pedido de compra, o documento será automaticamente devolvido.

CONTACTO: Ana Raquel T. de Almeida dos Santos / AdP Serviços - DSI
EMAIL: ana.r.santos@adp.pt

NOTA DE ENCOMENDA 3083355550

					Moeda: EUR	
N.Item	Material	Denominação	Qtd.Pedido(Un.ISO)	Preço	Valor Líquido	
00010	FE_FEES_GESTAO	Fees Gestão Data de remessa: 24.02.2021	10,000 UN A Taxa IVA: 23%	22,40/1 UN B	224,00	
					Valor bruto:	214,00
					AdP: Suplem. abs.Prp.	10,00
					Total do item	224,00

A figura acima ilustra um exemplo de um pedido de compra onde são destacadas duas informações:

A. Unidade de medida da quantidade (formato ISO)**B. Unidade de medida da quantidade/preço (formato ISO)**

As unidade de medida são definidas no atributo **unitCode** dos campos **cbc:InvoicedQuantity** e **cbc:CreditedQuantity** (A) e do campo **cbc:BaseQuantity** (B).

```
<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>65</cbc:ID>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">0.5000</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:Item> [44 lines]
  <cac:Price>
    <cbc:PriceAmount currencyID="EUR">0.5000</cbc:PriceAmount>
    <cbc:BaseQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:BaseQuantity>
  </cac:Price>
</cac:InvoiceLine>
```

2.4 Coerência Item Documento VS Item Pedido Compra

As informações dos itens dos documentos enviados são validadas, de forma a garantir o cumprimento das condições do pedido de compra. Destas informações destacam-se as mais importantes nos próximos capítulos.

2.4.1 Taxa de IVA

A taxa de imposto definida nos itens do documento enviado deve corresponder à taxa de imposto do item do pedido de compra correspondente. As figuras abaixo identificam a informação da taxa de IVA de um item no pedido de compra e no documento enviado pelo fornecedor.

CONTACTO: Ana Raquel T. de Almeida dos Santos / AdP Serviços - DSI
EMAIL: ana.r.santos@adp.pt

NOTA DE ENCOMENDA 3083355550

					Moeda EUR
N.Item	Material	Denominação	Qtd.Pedido(Un.ISO)	Preço	Valor Líquido
00010	FE_FEES_GESTAO	Fees Gestão Data de remessa: 24.02.2021	10,000UN(C62) Taxa IVA: 23%	22,40/1UN(C62)	224,00
Valor bruto:					214,00
AdP:Suplem. abs.Prp.					10,00
Total do item					224,00

```

<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>64</cbc:ID>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">0.5000</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:OrderLineReference>
    <cbc:LineID>10</cbc:LineID>
    <cac:OrderReference>
      <cbc:ID>3083355550</cbc:ID>
    </cac:OrderReference>
  </cac:OrderLineReference>
  <cac:Item>
    <cbc:Name>Mensalidade de Cartão - 932230776</cbc:Name>
    <cac:SellersItemIdentification>
      <cbc:ID>MENSALIDADE_CARTAO</cbc:ID>
    </cac:SellersItemIdentification>
    <cac:ClassifiedTaxCategory>
      <cbc:ID>S</cbc:ID>
      <cbc:Percent>23.00</cbc:Percent>
      <cac:TaxScheme>
        <cbc:ID>VAT</cbc:ID>
      </cac:TaxScheme>
    </cac:ClassifiedTaxCategory>
  </cac:Item>
  <cac:Price> [2 lines]
</cac:InvoiceLine>

```


2.4.2 Preço unitário

O preço unitário de cada item do documento indicado no campo **cac:Price/cbc:PriceAmount** deve coincidir com o preço indicado no pedido de compra. Esta validação também tem em consideração o valor do campo **cac:Price/cbc:BaseQuantity** e a quantidade/preço definida no pedido de compra. As figuras abaixo identificam a informação do preço e quantidade/preço de um item no pedido de compra e no documento enviado pelo fornecedor.

Nota: Esta validação não será realizada para itens de serviço (i.e. Empreitadas).

CONTACTO: HMFERREIRA

NOTA DE ENCOMENDA 308335551

						Moeda EUR
N.Item	Material	Denominação	Qtd.Pedido(Un.ISO)	Preço	Valor	
00010	29030	KIT ANTICATIVAÇÃO D400 P/VALV HIDROBLOC Data de remessa: 23.01.2021	406,000 UN(C62) Taxa IVA: 23%	10,00 / 1UN(C62)	4.060,00	
						

```

<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>1</cbc:ID>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="C62">5.000</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">50.00</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:OrderLineReference>
    <cbc:LineID>10</cbc:LineID>
  </cac:OrderLineReference>
  <cac:Item>
    <cbc:Name>KIT ANTICATIVAÇÃO D400 P/VALV HIDROBLOC</cbc:Name>
    <cac:ClassifiedTaxCategory>
      <cbc:ID>S</cbc:ID>
      <cbc:Percent>23.00</cbc:Percent>
      <cac:TaxScheme>
        <cbc:ID>VAT</cbc:ID>
      </cac:TaxScheme>
    </cac:ClassifiedTaxCategory>
  </cac:Item>
  <cac:Price>
    <cbc:PriceAmount currencyID="EUR">10.00</cbc:PriceAmount>
    <cbc:BaseQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:BaseQuantity>
  </cac:Price>
</cac:InvoiceLine>

```

2.4.3 Descontos e suplementos

Quando existem suplementos ou descontos no item do pedido de compra, estes devem ser considerados pelo fornecedor no seu documento. Em baixo são identificadas duas formas para respeitar os descontos/suplementos indicados no pedido de compra. Para facilitar a compreensão é utilizado o cenário onde são faturados 50% do pedido de compra apresentado na figura em baixo, ou seja, 5UN, totalizando 112.00€.

CONTACTO: Ana Raquel T. de Almeida dos Santos / AdP Serviços - DSI
EMAIL: ana.r.santos@adp.pt

NOTA DE ENCOMENDA 3083355550

					Moeda EUR
N.Item	Material	Denominação	Qtd.Pedido(Un.ISO)	Preço	Valor Líquido
00010	FE_FEES_GESTAO	Fees Gestão Data de remessa: 24.02.2021	10,000UN(C62) Taxa IVA: 23%	22.40/1UN(C62)	224,00
					Valor bruto: 214,00
					AdP:Suplem. abs.Prp. 10,00
					Total do item 224,00

1. Faturar os suplementos e/ou descontos explicitamente

O fornecedor fatura exatamente de acordo com o pedido de compra, detalhando em cada item da fatura os descontos/suplementos quando estes existem.

Na figura apresentada em baixo está representado o item faturado, para o qual destacamos:

- Quantidade faturada (**InvoicedQuantity**) no valor de 5.00 UN e Subtotal de item (**LineExtensionAmount**) no valor de 112.00€;
- Referencia para a o item do pedido de compra, neste caso o item 10;
- Estrutura de encargos/descontos do formato CIUS-PT, com um valor (**Amount**) de encargo de 5.00€;
- Preço unitário no valor de 21.40€ (sem considerar o efeito do suplemento);

Nota: Neste cenário o valor do subtotal do item é igual a: *Quantidade X Preço + Suplemento*, ou seja:

$$5.00 \text{ UN} \times 21.40 \text{ €} + 5.00 \text{ €} = 112.00 \text{ €}$$

```

<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>65</cbc:ID>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="C62">5.000</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">112.000</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:OrderLineReference>
    <cbc:LineID>10</cbc:LineID>
    <cac:OrderReference>
      <cbc:ID>3083355550</cbc:ID>
    </cac:OrderReference>
  </cac:OrderLineReference>
  <cac:AllowanceCharge>
    <cbc:ChargeIndicator>true</cbc:ChargeIndicator>
    <cbc:AllowanceChargeReasonCode>ZZZ</cbc:AllowanceChargeReasonCode>
    <cbc:AllowanceChargeReason>encargo</cbc:AllowanceChargeReason>
    <cbc:Amount currencyID="EUR">5.00</cbc:Amount>
  </cac:AllowanceCharge>
  <cac:Item>
    <cbc:Name>Fees de Gestão</cbc:Name>
    <cac:ClassifiedTaxCategory>
      <cbc:ID>S</cbc:ID>
      <cbc:Percent>23.00</cbc:Percent>
      <cac:TaxScheme>
        <cbc:ID>VAT</cbc:ID>
      </cac:TaxScheme>
    </cac:ClassifiedTaxCategory>
  </cac:Item>
  <cac:Price>
    <cbc:PriceAmount currencyID="EUR">21.4000</cbc:PriceAmount>
    <cbc:BaseQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:BaseQuantity>
  </cac:Price>
</cac:InvoiceLine>
  
```

2. Faturar os suplementos e/ou descontos implicitamente

Neste cenário o fornecedor fatura respeitando os valores e preços do pedido de compra, mas não detalha em cada item da fatura os descontos/suplementos quando estes existem.

Na figura apresentada em baixo está representado o item faturado para o qual destacamos:

- A. Quantidade faturada (**InvoicedQuantity**) no valor de 5.00 UN e Subtotal de item (**LineExtensionAmount**) no valor de 112.00€ ; (Idêntico ao cenário anterior)
- B. Referencia para a o item do pedido de compra, neste caso o item 10; (Idêntico ao cenário anterior)
- C. Preço unitário no valor de 22.40€ (fornecedor apura o desconto/suplemento e afeta o preço unitário para respeitar esse desconto/suplemento)



```

<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>65</cbc:ID>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="C62">5.000</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">112.000</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:OrderLineReference>
    <cbc:LineID>10</cbc:LineID>
    <cac:OrderReference>
      <cbc:ID>3083355550</cbc:ID>
    </cac:OrderReference>
  </cac:OrderLineReference>
  <cac:Item>
    <cbc:Name>Fees de Gestão</cbc:Name>
    <cac:ClassifiedTaxCategory>
      <cbc:ID>S</cbc:ID>
      <cbc:Percent>23.00</cbc:Percent>
    </cac:ClassifiedTaxCategory>
    <cac:TaxScheme>
      <cbc:ID>VAT</cbc:ID>
    </cac:TaxScheme>
  </cac:Item>
  <cac:Price>
    <cbc:PriceAmount currencyID="EUR">22.4000</cbc:PriceAmount>
    <cbc:BaseQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:BaseQuantity>
  </cac:Price>
</cac:InvoiceLine>
  
```

2.5 Descontos e Suplementos de Cabeçalho

Documentos com descontos e/ou suplementos ao nível do cabeçalho do documento (estrutura **cac:AllowanceCharge**) não serão aceites e serão automaticamente devolvidos.

2.6 Período de Faturação

Todos os documentos enviados pelos fornecedores devem, sempre que possível, ter a informação relativa ao período de faturação preenchida na estrutura de cabeçalho **cac:InvoicePeriod**, conforme ilustrado na figura a baixo:

```

<cac:InvoicePeriod>
  <cbc:StartDate>2020-07-01</cbc:StartDate>
  <cbc:EndDate>2020-07-31</cbc:EndDate>
</cac:InvoicePeriod>
  
```

Caso o período de faturação de determinados itens do documento seja distinto do definido no cabeçalho do documento, deverá ser preenchida a informação da estrutura **cac:InvoicePeriod** ao nível do item do documento, conforme ilustrado na imagem em baixo:

```
<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>65</cbc:ID>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">0.5000</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:InvoicePeriod>
    <cbc:StartDate>2020-06-01</cbc:StartDate>
    <cbc:EndDate>2020-06-31</cbc:EndDate>
  </cac:InvoicePeriod>
  <cac:Item>
    <cbc:Name>Mensalidade de Cartão - 932230777</cbc:Name>
    <cac:SellersItemIdentification>
      <cbc:ID>MENSALIDADE_CARTAO</cbc:ID>
    </cac:SellersItemIdentification>
    <cac:ClassifiedTaxCategory>
      <cbc:ID>S</cbc:ID>
      <cbc:Percent>23.00</cbc:Percent>
      <cac:TaxScheme>
        <cbc:ID>VAI</cbc:ID>
      </cac:TaxScheme>
    </cac:ClassifiedTaxCategory>
  </cac:Item>
  <cac:Price>
    <cbc:PriceAmount currencyID="EUR">0.5000</cbc:PriceAmount>
  </cac:Price>
</cac:InvoiceLine>
```

3 Regras Casos Especiais

Tendo em consideração a imprevisibilidade dos conceitos de faturação utilizados em alguns setores, está prevista a dispensa prévia de pedido de compra para um conjunto de fornecedores, não sendo validadas as regras definidas no capítulo 2.1 e 2.2.

Os documentos dos fornecedores nesta situação devem, contudo, conter um conjunto de informações adicionais obrigatórias e específicas para cada setor. Os próximos subcapítulos identificam em detalhes as regras adicionais que os documentos destes setores devem cumprir.

De forma transversal a todos os casos especiais, o documento do fornecedor deverá identificar o número de contrato da AdP no campo **cbc:ID** da estrutura **cac:ContractDocumentReference**.

```
<cbc:DocumentCurrencyCode listID="ISO 4217">EUR</cbc:DocumentCurrencyCode>
<cac:InvoicePeriod>
  <cbc:StartDate>2019-11-17</cbc:StartDate>
  <cbc:EndDate>2019-12-17</cbc:EndDate>
</cac:InvoicePeriod>
<cac:BillingReference>
  <cac:InvoiceDocumentReference>
    <cbc:ID>FT-202010957933</cbc:ID>
    <cbc:IssueDate>2020-03-04</cbc:IssueDate>
  </cac:InvoiceDocumentReference>
</cac:BillingReference>
<cac:ContractDocumentReference>
  <cbc:ID>4406300708</cbc:ID>
</cac:ContractDocumentReference>
<cac:AccountingSupplierParty>
  <cac:Party>
```

Com o objetivo de facilitar o cumprimento das regras e minimizar problemas na validação de documentos o fornecedor deverá:

1. Enviar uma listagem com os códigos de produtos/materiais previstos;
2. Realizar um conjunto de testes no ambiente de pré-produção da plataforma FE-AP;

3.1 Eletricidade

3.1.1 Identificação do CPE (cac:Delivery)

Todos os documentos relativos ao setor de eletricidade devem indicar o CPE da instalação no campo **cbc:ID** da estrutura de cabeçalho **cac:Delivery** conforme ilustrado pelo exemplo em baixo

```
<cac:Delivery>
  <cbc:ActualDeliveryDate>2020-04-14</cbc:ActualDeliveryDate>
  <cac:DeliveryLocation>
    <cbc:ID schemeID="0001">PT0002000109538154KJ</cbc:ID>
    <cac:Address>
      <cbc:StreetName>RUA DOM PEDRO DE CASTRO, 1A </cbc:StreetName>
      <cbc:CityName>Vila Real</cbc:CityName>
      <cbc:PostalZone>5000-669</cbc:PostalZone>
      <cbc:CountrySubentity>Vila Real</cbc:CountrySubentity>
      <cac:Country>
        <cbc:IdentificationCode>PT</cbc:IdentificationCode>
      </cac:Country>
    </cac:Address>
  </cac:DeliveryLocation>
  <cac:DeliveryParty>
    <cac:PartyName>
      <cbc:Name>AGUAS DO NORTE SA</cbc:Name>
    </cac:PartyName>
  </cac:DeliveryParty>
</cac:Delivery>
```

3.1.2 Informações adicionais item (cac:AddittionalItemProperty)

Para além da identificação do CPE, detalhada no anterior capítulo, é também necessário que o ficheiro contemple as seguintes informações:

A. Ciclo Horário

- Preenchimento obrigatório:
- Código Identificação: **CICLO_HORARIO**;
- Valores possíveis: DIARIO; SEMANAL; SEM CICLO;

B. Tarifário

- Preenchimento obrigatório:
- Código Identificação: **TARIFARIO**;
- Valores possíveis: Simples; Bi-horario; Tri-horario; Tetra-horario;

C. Tensão

- Preenchimento obrigatório:
- Código Identificação: **TENSAO**;
- Valores possíveis: AT; MT; BTE; BTN;

D. Tipo Leitura

- Preenchimento obrigatório:
- Código Identificação: **TIPO_LEITURA**;
- Valores possíveis: REAL; ESTIMADA;

E. Fator

- Preenchimento obrigatório:
- Código Identificação: **FATOR**;

- Valores possíveis: Simples; Bi-horario; Tri-horario; Tetra-horario;
- Quando o preço do termo de potência é ao mês, indica 1, ou menos, ou mais, consoante os dias do mês;
- Quando o preço do termo de potência é ao dia, indica os dias de faturação;
- O campo fator é de carácter informativo, pelo que, quer o campo PriceAmount, quer o campo LineExtensionAmount já devem ter em consideração a aplicação do fator.

As informações acima indicadas devem estar preenchidas na estrutura **cac:Item\cac:AdditionalItemProperty** em todos os itens do documento. Nesta estrutura o campo **cbc:Name** deve ser preenchido com o código de identificação da informação e o campo **cbc:Value** deve conter o valor dessa informação.

A figura em baixo ilustra um exemplo do preenchimento dos campos.

```

<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>10000</cbc:ID>
  <cbc:Note>G/L Account</cbc:Note>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="KWH">1.00</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">0.35</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:InvoicePeriod>
    <cbc:StartDate>2020-01-02</cbc:StartDate>
    <cbc:EndDate>2020-02-04</cbc:EndDate>
  </cac:InvoicePeriod>
  <cac:Item>
    <cbc:Description>Tasa DGGE - Nao Domestico</cbc:Description>
    <cbc:Name>Tasa DGGE - Nao Domestico</cbc:Name>
    <cac:SellersItemIdentification> [2 lines]
    <cac:ClassifiedTaxCategory> [6 lines]
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>CICLO_HORARIO</cbc:Name>
      <cbc:Value>DIARIO</cbc:Value>
    </cac:AdditionalItemProperty>
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>TARIFARIO</cbc:Name>
      <cbc:Value>Tri-horario</cbc:Value>
    </cac:AdditionalItemProperty>
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>TENSAO</cbc:Name>
      <cbc:Value>BTN</cbc:Value>
    </cac:AdditionalItemProperty>
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>TIPO_LEITURA</cbc:Name>
      <cbc:Value>REAL</cbc:Value>
    </cac:AdditionalItemProperty>
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>FATOR</cbc:Name>
      <cbc:Value>1</cbc:Value>
    </cac:AdditionalItemProperty>
  </cac:Item>
  <cac:Price> [3 lines]
</cac:InvoiceLine>

```



The diagram illustrates the structure of the **AdditionalItemProperty** elements within the **Item** element. It shows five examples, each in a box with a label:

- A**: **cbc:Name**="CICLO_HORARIO", **cbc:Value**="DIARIO"
- B**: **cbc:Name**="TARIFARIO", **cbc:Value**="Tri-horario"
- C**: **cbc:Name**="TENSAO", **cbc:Value**="BTN"
- D**: **cbc:Name**="TIPO_LEITURA", **cbc:Value**="REAL"
- E**: **cbc:Name**="FATOR", **cbc:Value**="1"

3.2 Combustíveis

3.2.1 Identificação item (cac:SellersItemIdentification)

Todos os documentos relativos ao setor de combustíveis devem ter a informação do código de identificação do produto/material do item no campo **cac:Item\cac:SellersItemIdentification\cbc:ID**. Conforme indicado no capítulo 3, o fornecedor deverá, numa fase inicial, enviar uma listagem dos produtos/materiais previstos.

3.2.2 Informações adicionais item (cac:AdditionalItemProperty)

Para além da identificação da natureza de item, estes documentos devem contemplar as seguintes informações:

A. Tipo Cartão

- Preenchimento obrigatório;
- Código Identificação: **TIPO_CARTAO**;
- Valores possíveis: VEICULO; EMPRESA; PESSOAL;

B. Matrícula

- Preenchimento obrigatório;
- Código Identificação: **MATRICULA**;
- Valor no formato XX-XX-XX;

C. Marca e Modelo

- Preenchimento obrigatório quando o tipo de cartão é Veículo;
- Código Identificação: **MARCA_MODELO**;
- Valor textual;

D. Valor total KMs Veículo

- Preenchimento obrigatório quando o tipo de cartão é Veículo;
- Código Identificação: **KM**;
- Valor deve ser um número inteiro;

E. Data Transação

- Preenchimento facultativo;
- Código Identificação: **DATA_TRANSACAO**;
- Valor deve estar no formato DD-MM-YYYY;

F. Hora Transação

- Preenchimento facultativo;
- Código Identificação: **HORA_TRANSACAO**;
- Valor deve estar no formato HH:MM:SS;

As informações acima indicadas devem estar preenchidas na estrutura **cac:Item\cac:AdditionalItemProperty** em todos os itens do documento. Nesta estrutura o

campo **cbc:Name** deve ser preenchido com o código de identificação da informação e o campo **cbc:Value** deve conter o valor dessa informação.

A figura em baixo ilustra um exemplo do preenchimento dos campos.

```
<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>1</cbc:ID>
  <cbc:Note>GASOLEO EVOLOGIC</cbc:Note>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="LTR">49.54</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">44.17</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:Item>
    <cbc:Description>GASOLEO</cbc:Description>
    <cbc:Name>GASOLEO</cbc:Name>
    <cac:SellersItemIdentification> [2 lines]
    <cac:StandardItemIdentification> [2 lines]
    <cac:ClassifiedTaxCategory> [6 lines]
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>TIPO_CARTAO</cbc:Name>
      <cbc:Value>VEICULO</cbc:Value>
    </cac:AdditionalItemProperty>
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>MATRICULA</cbc:Name>
      <cbc:Value>38-UT-16</cbc:Value>
    </cac:AdditionalItemProperty>
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>MARCA_MODELO</cbc:Name>
      <cbc:Value>CITROËN DS5</cbc:Value>
    </cac:AdditionalItemProperty>
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>KM</cbc:Name>
      <cbc:Value>0</cbc:Value>
    </cac:AdditionalItemProperty>
  </cac:Item>
  <cac:Price> [2 lines]
</cac:InvoiceLine>
```

A

B

C

D

3.3 Comunicações

3.3.1 Identificação número cartão (cac:AdditionalItemProperty)

Todos os documentos relativos ao setor de comunicações devem contemplar o número do cartão associado à despesa em questão na estrutura **cac:Item\cac:AdditionalItemProperty** em todos os itens do documento. Nesta estrutura o campo **cbc:Name** deve ser preenchido com o código **NUM_CARTAO** e o campo **cbc:Value** deve conter o número do cartão conforme ilustrado na figura no final do capítulo seguinte.

3.3.2 Identificação natureza item (cac: SellersItemIdentification)

Para além da identificação do número do cartão, estes documentos devem também ter a informação da natureza do item no campo **cac:Item\cac:SellersItemIdentification\cbc:ID**.

Estão previstas as seguintes naturezas de item:

- MENSALIDADE_EQUIPAMENTO
- MENSALIDADE_CARTAO
- MENSALIDADE_DADOS
- COM_NACIONAIS
- COM_INTERNACIONAIS
- TRAF_DADOS_NACIONAIS
- ROAMING_COM
- ROAMING_DADOS
- MENSALIDADE_CIRCUITO_APN
- MENSALIDADE_ACESSO_FIXO

```
<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>67</cbc:ID>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">0.5000</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:Item>
    <cbc:Name>Mensalidade de Cartão - 932658575</cbc:Name>
    <cac:SellersItemIdentification>
      <cbc:ID>MENSALIDADE_CARTAO</cbc:ID> A
    </cac:SellersItemIdentification>
    <cac:ClassifiedTaxCategory> {6 lines}
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>NUM_CARTAO</cbc:Name>
      <cbc:Value>932658575</cbc:Value> B
    </cac:AdditionalItemProperty>
  </cac:Item>
  <cac:Price> {2 lines}
</cac:InvoiceLine>
<cac:InvoiceLine>
```

3.4 Água

3.4.1 Código Identificação Local (cac:Delivery)

Todos os documentos relativos ao setor de água devem indicar o código de identificação do local no campo **cbc:ID** da estrutura de cabeçalho **cac:Delivery** conforme ilustrado pelo exemplo em baixo. Este código deverá ser composto por 7 dígitos.

```
<cac:Delivery>
  <cac:DeliveryLocation>
    <cbc:ID>2105269</cbc:ID>
    <cac:Address>
      <cbc:StreetName>Etar de Alcântara</cbc:StreetName>
      <cbc:CityName>LISBOA</cbc:CityName>
      <cbc:PostalZone>1300-254</cbc:PostalZone>
      <cac:Country>
        <cbc:IdentificationCode>PT</cbc:IdentificationCode>
      </cac:Country>
    </cac:Address>
  </cac:DeliveryLocation>
  <cac:DeliveryParty>
    <cac:PartyName>
      <cbc:Name>Águas do Tejo Atlântico, S.A.</cbc:Name>
    </cac:PartyName>
  </cac:DeliveryParty>
</cac:Delivery>
```

3.4.2 Identificação item (cac:SellersItemIdentification)

Todos os documentos relativos ao setor de combustíveis devem ter a informação do código de identificação do produto/material do item no campo **cac:Item\cac:SellersItemIdentification\cbc:ID**. Conforme indicado no capítulo 3, o fornecedor deverá, numa fase inicial, enviar uma listagem dos produtos/materiais previstos.

3.5 Bancos

Todos os documentos relativos ao setor bancário associados à faturação no âmbito da gestão e manutenção das contas bancárias das empresas do Grupo AdP, estão isentas do cumprimento dos requisitos detalhados no capítulo 2.1. e 2.2.